

Do Atlântico ao Pacífico: os Europeus em expansão

Doc. 1 →
Renascimento e
Reforma



1. Renovação cultural e cisão religiosa na Europa dos séculos XV e XVI

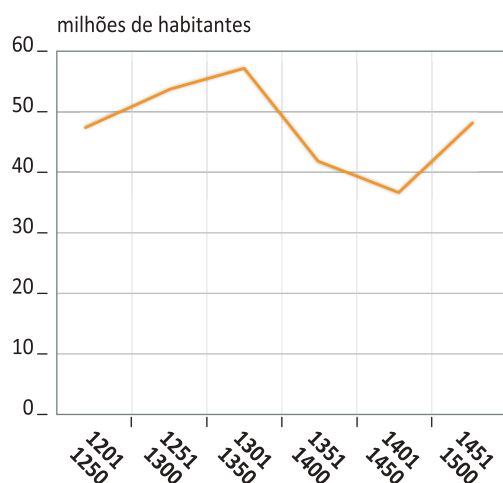
Acabámos de estudar o dinamismo da área do Pacífico num período já marcado pela penetração nos seus circuitos comerciais de povos estranhos que tinham chegado do Sul. Vinham de um continente longínquo, a Europa, que atravessava uma fase de mudanças decisivas da sua história.

As próprias viagens em direção à Ásia comprovavam a capacidade de iniciativa e os recursos que estes povos apostavam na concretização da empresa. Em paralelo, não foram menos significativas ou duradouras as mutações internas, verificadas quer no campo da cultura quer no domínio da religião (**Doc. 1**). Na religião quebraram a unidade dos cristãos; na cultura, inauguraram um novo modelo que, por longos séculos, deu forma aos gostos e aos modos de pensar e de agir da civilização ocidental.

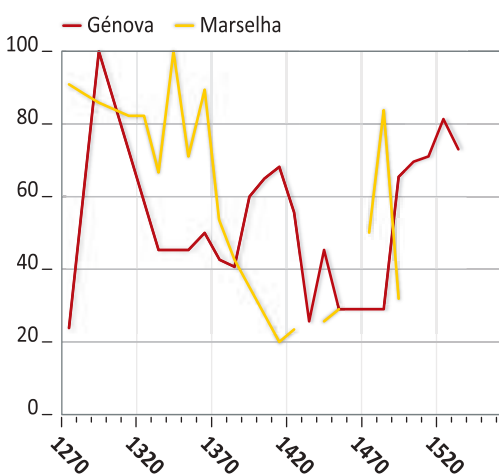
A estes dois fenómenos de mudança chamamos Renascimento e Reforma. Foram grandes transformações que se interligaram com a expansão marítima à escala do mundo.

Doc. 2 ↓

Evolução da população da Europa, 1200-1500

**Doc. 3** ↓

A evolução do comércio em duas cidades do Mediterrâneo, 1270-1530 (em índice)

**Atividade:**

Analisa os gráficos

1. Explica a evolução da população europeia (Doc. 2).
2. Justifica o movimento comercial de Génova e de Marselha, no período considerado no gráfico (Doc. 3).

1.1. O quadro político e cultural

Anteriormente, entre o século XI e o século XIII, a Europa tinha vivido um período de grande prosperidade e desenvolvimento. O resultado dessa situação positiva tinha sido uma primeira expansão do Ocidente: uma expansão militar e religiosa, as cruzadas contra os muçulmanos, e uma expansão económica que levou os mercadores europeus aos circuitos comerciais do Oriente.

No primeiro quartel do século XIV a sorte mudou. Uma depressão económica, na sequência de uma profunda crise, prolongou-se por mais de um século. A crise do século XIV foi semelhante a outras dos séculos anteriores. Iniciavam-se no sector agrícola com alta de preços e fomes e agravavam-se com epidemias e com guerras. Contudo, esta atingiu muito maior extensão e gravidade porque conjugou a crise económica com a mais mortífera epidemia que a Europa conheceu, a Peste Negra (**Doc. 2**). Como a população diminuiu drasticamente, o comércio e a indústria foram também duramente atingidos.

A crise estendeu-se por toda a Europa, mas houve regiões menos afectadas e alguns grandes centros urbanos que recuperaram mais rapidamente. Entre estes distinguiram-se as cidades do Mediterrâneo (**Doc. 3**) e as situadas no norte da Europa, numa região que se chamava Flandres e, hoje, é ocupada pela Holanda e pela Bélgica (**Doc. 1**).

Superada a crise, os séculos XV e XVI, e o movimento cultural que os marca, são essencialmente vontade de renovação e otimismo.

Doc. 5 →
Retrato de Arnolfini e
sua Mulher, Jan Van
Eyck (1434)



Doc. 4 ↓
Cosme de Médicis (1389-1464), um banqueiro de Florença

- A.** Tudo é permitido a Cosme. Ele é o árbitro da paz, da guerra e das leis; ele não é um cidadão mas o chefe do Estado: é na sua casa que se decidem os assuntos da República, e é ele que designa os magistrados. Da realeza só lhe faltam o nome e a pompa.
Pio II (1405-1464), *Comentários, Liv. II*
- B.** Ouvi uma vez Cosme dizer que o grande erro da sua vida tinha sido não ter começado a gastar a sua fortuna dez anos mais cedo: porque, conhecendo a atitude dos seus concidadãos, estava certo de que dali a 50 anos, nenhuma memória ficaria de si ou da sua família, excepto os edifícios cuja construção ele ordenou.
Vespasiano de Bisticci (1421-1498), *Memórias*

Atividade:

1. Enuncia, a partir dos textos, os poderes de que este banqueiro dispunha.
2. Indica o que pretendia Cosme de Médicis com a construção de grandes edifícios.
3. Identifica no retrato de família do mercador italiano Arnolfini, residente em Bruges, marcas de distinção social e de valorização do conforto.
4. Explica o motivo que levava este italiano a viver na Flandres.

Moderno - Período da história em que, no Ocidente, se alteraram os campos do pensamento e da atividade humana. Costuma dividir-se a história europeia em grandes épocas: Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea.

Esse movimento, com o nome significativo de **Renascimento**, começou precisamente nas ricas cidades da Itália, e a sua influência estendeu-se a toda a Europa. Inicialmente, ainda no século XIV, a palavra aplicava-se só ao ressurgimento da arte e da literatura greco-latinas, mas passou a designar todo este período que alterou profundamente as ciências, a economia, a filosofia e toda a vida social. No fundo, nesses séculos nasceu, no Ocidente, o Mundo **Moderno**.

A Itália herdara do Império Romano grande vitalidade urbana. Durante a Idade Média, foram-se formando unidades políticas independentes em torno dessas cidades. Apesar das formas de governo, mais aristocráticas ou mais burguesas que adoptaram, guardaram o nome de “república”. Eram dominadas por uma classe de homens de negócio empreendedores cuja prosperidade ficou a dever-se ao comércio internacional (**Docs. 4**).

Uma direção levava os negociantes italianos para Oriente. Em meados do século XV, os turcos tinham conquistado a antiga cidade de Bizâncio, hoje, Istambul. Para a afirmação do Renascimento foi uma data importante: significou a possibilidade de conhecer, através dos intelectuais fugidos para ocidente, aspectos esquecidos da antiga cultura clássica. Uma outra rota levava-os à Europa do Noroeste, em particular, a Bruges, a mais rica cidade flamenga, verdadeiro entreposto cultural e o maior centro internacional do comércio (**Doc. 1**). Era aí que desembocavam os produtos trazidos das terras descobertas pelos portugueses e se faziam as trocas entre o Sul e o Norte da Europa. (**Docs. 1 e 5**).

Doc. 6 ↓

O primado do Homem

Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio; tão vário na capacidade; em forma e movimento, tão preciso e admirável, na ação é como um anjo; no entendimento é como um Deus; a beleza do mundo; o exemplo dos animais.

William Shakespeare (1564-1613), *Hamlet*

Doc. 8 ↓

A razão de Estado

Convém também notar que um príncipe, sobretudo quando é novo, não pode respeitar singelamente todas as condições segundo as quais se é considerado homem de bem, pois, não raro, para conservar os seus Estados, se vê constrangido a agir contra a sua palavra, contra a caridade, a humanidade e a religião. É por isso que deve ter o entendimento treinado para virar conforme os ventos da fortuna e a mutabilidade das coisas lhe ordenem e, como já disse, não se afastar do bem, se puder, mas enveredar pelo mal, se for necessário.

Nicolau Maquiavel (1469-1527), *O Príncipe*



Leonardo da Vinci, *Cânone de proporções*

← **Doc. 7**

O Homem como unidade de medida

Atividade:

1. Esclarece o significado da expressão “visão antropocêntrica” aplicada ao homem do Renascimento (docs. 7 e 8).
2. Considerando o documento 11, explicita o conceito de “razão de Estado”.

1.2. Pensamento e produção literária

Os letrados do Renascimento, recusando o passado próximo e tendo como fonte de inspiração a tradição cultural da antiguidade greco-latina, recuperaram para o homem o lugar central no mundo e na natureza (**Doc. 6**). O homem considerado como um ser geral, universal, igual em toda a parte e em todos os tempos: o homem glorificado como unidade de medida e, para os artistas, o «Cânone» das proporções (**Doc. 7**). Também a mesma tradição clássica, fez despertar o interesse por formas antigas de organização do poder e o apreço por estados unificados em que a fonte do direito fosse o soberano. Assim se foram constituindo monarquias centralizadas, ainda frágeis, mas que, no século XVII, se tornaram monarquias absolutas.

Neste mesmo campo político, foi publicada uma obra decisiva sobre o exercício do poder e a “razão de Estado”. O autor, Nicolau Maquiavel (1469-1527), foi o fundador da ciência política moderna. Maquiavel justificou uma política em que, para que o mais forte triunfasse, não se olhasse aos meios (**Doc. 8**). A aceitação de *O Príncipe*, compreende-se numa época de expansão do **individualismo** que defendia o interesse do Estado sobre a moral, o direito e a religião. A difusão do pensamento moderno e o alargamento do espaço cultural foram facilitados por um instrumento novo, a imprensa, inventada cerca de 1450, que alterava os processos de divulgação tradicionais; outra inovação técnica da China antiga, o fabrico do papel, foi também um precioso auxiliar nesta abertura do saber e das ideias a um maior e mais diversificado grupo de pessoas.

Individualismo - Tendência a valorizar o indivíduo em detrimento da sociedade ou da comunidade.

Doc. 9 →
Catedral de Florença,
Brunelleschi
(1434-1436)



1.3. A criação artística

Mercenário - aventureiro que se alistava para combater a troco de dinheiro.

Panteão - templo romano em honra de todos os deuses.

O homem do Renascimento tendia a diversificar os seus interesses e os seus campos de acção. Muitos deles foram simultaneamente políticos, homens de negócios, literatos e, até, artistas. Era assim na Itália onde, a herança romana, muito presente no património artístico e literário, que incluía a cultura grega, a tornava um caso particular. As cidades orgulhavam-se do seu passado e o valor dos cidadãos era motivo de orgulho para a própria cidade. Por outro lado, fazer parte do governo da cidade enobrecia o cidadão, quer este viesse do comércio, da finança ou da guerra, como esses **mercenários** cujos chefes, chamados *condottieri* (**Doc. 11**), tomaram muitas vezes, pela força, o poder em Itália.

Assim, do orgulho das cidades que se tinham enriquecido com grandiosos monumentos, resultou um grande interesse pelos artistas que lhes davam vida e estes conquistaram um estatuto especial que passou a distingui-los dos artífices. Magistrados, banqueiros, industriais, negociantes (**Docs. 4**) tornaram-se protectores seus. Este fenómeno, a que se chama *mecenato*, estendeu-se a burgueses ricos, nobres, bispos e aos próprios papas. Por toda a Europa houve mecenas e o artista ganhou uma projecção social incomparável (**Doc. 1**).

Os vestígios da civilização romana inspiraram a arquitetura, e o primeiro exemplo foi a catedral construída na cidade de Florença que adotou a cúpula copiada do antigo Panteão de Roma (**Doc. 9**).

Muitos outros arquitetos se celebrizaram por toda a Europa. Construíram palácios e templos segundo este estilo, marcado pelo equilíbrio e pelo sentido da dimensão humana, mas adaptaram-no às tradições dos seus próprios países. As características principais da arquitetura do período renascentista são: abóbada de berço ou uma cúpula, arcos sempre de volta perfeita e pilastras (em estilo clássico) adossadas às paredes, à fachada e ao enquadramento das portas e das janelas coroadas com frontões.



← **Doc. 10**
Rafael, *A Escola de Atenas* (1510)

Atividade:

1. As figuras representadas por Rafael Sanzio (1483-1520) debaixo do arco central são os filósofos gregos Platão e Aristóteles. Justifica a escolha desta obra para exemplificar a pintura renascentista .

Os pintores, inspirados na Antiguidade, abandonaram os temas exclusivamente religiosos e os esquemas muito rígidos, que resultavam, quase sempre, de insuficiências técnicas.

No século XV, a invenção de duas novas técnicas, aumentou as possibilidades de expressão da pintura e diminuiu o esforço dispendido e os custos elevados que antes exigiam. Foram elas o uso da tela e a pintura a óleo. Esta inovação atribuiu-se a pintores flamengos que começaram a usar uma tinta que secava lentamente e que formava uma película à superfície que fixava os pigmentos e permitia colocar novas camadas sobre ela sem que as tintas se misturassem (**Doc. 5**).

A vantagem desta tinta é que podia ser utilizada em vários suportes, nomeadamente em tela. Estendida sobre uma esquadria de madeira e colocada num cavalete durante o trabalho- daí chamar-se-lhe pintura de cavalete- a tela podia enrolar-se e ser transportada facilmente. Contudo, a grande inovação foi a **perspetiva**, utilizada largamente pelos pintores do Renascimento. Em Itália distinguiram-se grandes pintores, como Rafael (**Doc. 10**), que procuraram dar um tratamento realista às figuras, mesmo nas imagens religiosas e que, muitas vezes, cultivaram um novo género, o retrato.

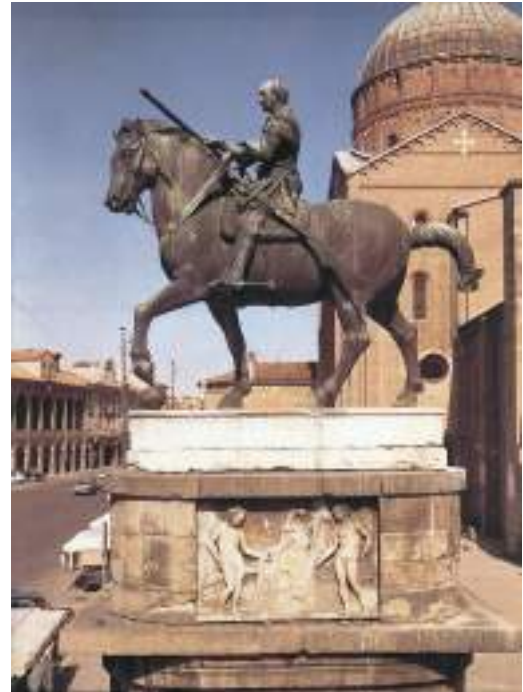
Por toda a Europa, se afirmaram mestres que integraram elementos renascentistas na sua pintura, mas que mantiveram características nacionais.

As marcas renascentistas consistiam, principalmente, no emprego de elementos da arquitetura clássica como pano de fundo, na inserção da paisagem no quadro e na nitidez da representação de figuras. A natureza foi tema de alguns quadros mas sem excluírem totalmente a figura humana. Aliás, os conhecimentos de medicina e de anatomia foram transpostos para a arte: o corpo humano foi representado com grande realismo e, pela primeira vez, a figura humana foi pintada a três dimensões.

Em Portugal destacaram-se alguns pintores, como Nuno Gonçalves (maior atividade entre 1450 e 1470) e Vasco Fernandes, conhecido como Grão-Vasco (c. 1475-c. 1542).

Perspetiva - Inovação de ordem matemática que permite dar a sensação de profundidade. Num plano, que só tem duas dimensões, o comprimento e a largura, tornou possível criar a ilusão de uma terceira dimensão. O cálculo faz-se a partir de um ponto central, o “ponto de fuga”, para onde todas as linhas convergem.

Doc. 11 →
Estátua equestre
de Gattamelata, de
Donatello (1446)



Doc. 12 →
Pietà, de Miguel Ângelo
(1499)



Atividade:

1. Muitas vezes considera-se Miguel Ângelo (1475-1564) a maior figura do Renascimento e um dos maiores gênios da humanidade. Informa-te sobre ele e escreve uma curta biografia que comprove a afirmação.

Um outro domínio artístico, a escultura, também foi objeto de inovação. À maneira clássica, reintroduziu-se a independência da escultura relativamente ao monumento arquitetónico. A estátua desligou-se de paredes e assumiu um naturalismo total, possibilitado pela aplicação das regras da perspectiva e pelo conhecimento do corpo humano e compreensão da alma (**Docs. 11 e 12**). A expressividade do corpo nu, das posturas e dos rostos, aliada à extraordinária capacidade técnica destes artistas, encontrou em Miguel Ângelo o seu maior génio (**Doc. 11**). Finalizando, foi no período do Renascimento que se estabeleceu o cânone estético (nas letras e nas artes) que perdurou durante três séculos, no mundo ocidental.

1.4. O novo espírito científico

No plano científico, o período renascentista deu continuidade ao pensamento filosófico e científico medieval cristão mas, sobretudo, ao islâmico e ao hebraico. Contudo, paralelamente, o estudo do homem e da natureza deu origem a importantes progressos científicos e técnicos, alguns destes por pressão de uma sociedade mais rica e mais exigente quanto ao conforto e ao luxo.

Com efeito, o homem de negócios e o cortesão dos séculos XV e XVI eram bons clientes para pequenos inventos que amenizavam a existência e davam elegância à vida mundana. Alguns exemplos que estiveram neste caso: o relógio mecânico, os novos instrumen-

Doc. 13 ↓

O método experimental

Aqueles que se entregam à prática sem Ciência são como o navegador que embarca num navio sem leme nem bússola. A prática deve sempre fundamentar-se na boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana se pode considerar verdadeira Ciência se não recorrer a demonstrações.

Leonardo da Vinci (1452-1519), *Cadernos*

Doc. 14 ↓

O novo sistema do mundo

Depois do que atrás fica dito, referiremos que o movimento dos corpos celestes é circular. [...] Vedes assim que por todas estas razões é mais provável que a Terra se mova do que esteja parada. Isto aplica-se especialmente ao movimento de rotação diária que é próprio da Terra. [...] Finalmente verificar-se-á que o Sol ocupa o centro do Universo, o que nos é ensinado pelo princípio que preside à ordem em que todos os corpos ocupam os seus lugares respectivos e pela harmonia de todo o Universo, desde que observemos os factos com os olhos bem abertos.

Nicolau Copérnico (1473-1543), *Sobre a Revolução dos Corpos Celestes*

Atividade:

1. Identifica as ideias de Leonardo da Vinci sobre o método científico (Doc. 13).
2. Enuncia as teorias avançadas por Copérnico sobre o sistema solar (Doc.14).
3. Da Vinci e Copérnico são génios do Renascimento. Redige uma pequena biografia sobre um deles.

tos musicais e a carruagem como meio confortável de transporte; nas casas, a melhoria de materiais utilizados na construção civil, como o vidro, e a diversificação dos móveis domésticos; na mesa, o uso do garfo e de objectos de faiança; no vestuário, a divulgação de tecidos de malha com aplicação no fabrico de meias.

Houve grandes progressos técnicos na mineração e na metalurgia, na tipografia, nas armas de guerra e na atividade marítima. Nestas últimas não se tratou apenas de inovações técnica mas de ciência experimental. O espírito crítico, desenvolvido no estudo dos clássicos, induziu o progresso das ciências, ao considerar a razão e a experiência, fundadas sobre a observação repetida de fenómenos, como únicas fontes de conhecimento (**Doc. 13**). Os ramos científicos mais desenvolvidos foram a **cosmologia**, as matemáticas e as ciências naturais.

O que valia agora já não era o princípio da autoridade, mas uma verdadeira experimentação capaz de estabelecer as leis gerais, base da ciência moderna. O cientista mais importante foi o astrónomo polaco Copérnico (1473-1543) que lançou a teoria **heliocêntrica** e fundou a astronomia moderna (**Doc. 14**). Depois dele, Galileu (1564-1642) defendeu um novo espírito científico, fundado na observação, na experiência e na noção de lei, traduzível em linguagem matemática. Aprofundou os estudos de física e de astronomia, para o que aperfeiçoou o instrumento de observação dos astros, o telescópio.

Outro campo científico que se desenvolveu foi a medicina, com a descoberta do sistema circulatório e da cirurgia. Outro ainda, o do domínio do “quantitativo” que enformou a mentalidade do homem renascentista: a geometria, o cálculo, a geografia.

Cosmologia - estudo das leis gerais do Universo, quer na perspectiva filosófica quer na física.

Heliocêntrica - teoria, então revolucionária, de que é o Sol, e não a Terra, o centro à volta do qual gravitam os outros astros.

Doc. 16 →
O declínio do poder do Papa

A corte de Roma scandaliza a Igreja e o tempo de usar remédios benignos já passou: só há duas opções, ou corrigir o papa ou dar a cada um a liberdade de proceder mal.
Carta de Afonso V, rei de Aragão,
4 de Novembro de 1437

Doc. 15 →
O cisma da cristandade ocidental

Bem sei que no tempo futuro maravilhar-se-ão de tais coisas, e como a Igreja pôde sofrer tal perturbação que durou tanto tempo, mas foi uma praga enviada por Deus para avisar e chamar a atenção do clero para o estado e as coisas supérfluas que tinha e fazia. [...] E se a nossa fé não fosse tão forte, confirmada no gênero humano e pela graça do Espírito Santo que iluminava os corações devotos e os mantinha fortemente unidos, ela teria sido abalada e teria desmoronado.
Jean Froissart (c.1337- c.1400), *Crônicas*

Atividade:

1. Indica as razões avançadas para explicar o cisma religioso do século XIV (Doc.18).
2. Indica as razões avançadas no mesmo documento para explicar como foi superado o cisma.
3. Explica o sentido da frase “a corte de Roma scandaliza a Igreja” (Doc.19).

A substituição do sistema de numeração romana pela numeração indo-árabe tornou possível o cálculo matemático. O calendário de Roma substituído pelo gregoriano, assim chamado porque foi aperfeiçoado pelo papa Gregório XIII, calendário ainda hoje usado.

Em suma, foi durante o Renascimento que se fixaram os métodos e os princípios que, por mais de três séculos, estruturaram o conhecimento científico.

1.5. A Reforma Protestante

Entre os anos de 1378 e 1417, a Cristandade foi dividida por um cisma que minou o prestígio e a autoridade papal (**Doc. 15**). Em 1378 foram eleitos dois papas simultâneos e, em 1409, até três. Uma parte dos leigos e do clero obedeciam ao papa de Avinhão; outra parte ao papa de Roma. Muitos cristãos atribuíram os malefícios da época a castigo de Deus. Surgira, então, nas consciências cristãs a convicção do abandono da Igreja e, em alguns fiéis, a necessidade de uma prática religiosa mais exigente e individualista. Os fiéis criticavam aspetos do dogma católico e reclamavam o regresso à igreja primitiva, insistindo na necessidade de arrependimento e de uma reforma moral. Entre estas reformas queriam a revisão dos impostos eclesiásticos cobrados em benefício da corte pontifícia.

Por outro lado, o Humanismo e o Renascimento tinham trazido para discussão o problema da relação entre o Homem e Deus, entre a razão e a fé, entre a religião e a sua expressão institucional, a Igreja. Os renascentistas, que continuavam cristãos, questionavam a Igreja católica, e o espírito de reforma, progredia à medida que se acentuava a decadência moral (**Doc. 16**). A deficiente formação teológica do clero e, apesar da fé ardente, o fraco conhecimento da religião, da maioria dos crentes, desgostavam os humanistas que procuravam na pureza primitiva do Evangelho a verdadeira doutrina de Cristo.

Foi neste quadro de enfraquecimento da Igreja que uma circunstância fortuita - a venda de **indulgências** para obter dinheiro para as obras da Basílica de S. Pedro - desencadeou a **Reforma** religiosa no Ocidente cristão.

A. Tese 21 - Erram os pregadores de indulgências que dizem que através das indulgências papais, o homem fica livre de todo o castigo e se salva. Tese 43- É preciso ensinar ao cristão que é melhor dar aos pobres ou emprestar aos necessitados do que comprar indulgências. Tese 62- O verdadeiro tesouro da Igreja é o Santo Evangelho da glória e da graça de Deus.

M. Lutero, extrato de 95 Teses, 1517.

B. É só a fé, sem nenhum apoio das obras praticadas, que confere a justiça, a liberdade, a felicidade. Se crês, obterás; se não crês, não obterás. Deves ter uma fé firme e confiança, pois por causa dessa fé os teus pecados serão perdoados.

M. Lutero, *Da liberdade do cristão*, 1520.

C. Não tenho fé no papa nem nos concílios isoladamente [...] Estou ligado pelos textos das Escrituras que citei e a minha consciência está cativa das palavras de Deus. Não posso nem quero retratar-me em nada, porque não é seguro nem honesto agir contra a própria consciência [...]. Não posso fazer outra coisa, e que Deus me ajude.

M. Lutero, *Declaração na dieta de Worms*, 1521.

← **Doc. 17**

O luteranismo

Atividade:

1. Faz uma lista das teses principais do luteranismo, usando os documentos 17 A, B e C.
2. Indica razões da crítica de Lutero à pregação de Leão X sobre as indulgências.
3. Justifica, com afirmações do documento 17, a classificação de Lutero como «homem do Renascimento».

Um frade agostinho, alemão, Martinho Lutero (1483-1546), professor de Sagrada Escritura na universidade, encontrou resposta, na Epístola de S. Paulo aos Romanos, aos seus escrúpulos de consciência acerca do julgamento divino e da salvação eterna. O eixo da sua reflexão é «o justo viverá pela fé» e «pela fé o homem mantém-se no caminho reto» (**Doc. 17 A**).

Em 1515, Leão X, um dos papas mecenas do Renascimento, autorizou a pregação de uma indulgência plenária. Para a receber, obrigava-se o fiel a estar em estado de graça e a cumprir as obras prescritas que, neste caso, eram uma esmola para a basílica. Dava-se, assim, a impressão de que o dinheiro permitia comprar o perdão da pena pelos pecados cometidos.

Lutero, indignado, afixou na catedral da cidade onde lecionava, 95 teses hostis à doutrina das indulgências. Era véspera do dia de Todos os Santos (1517) e o folheto pôde ser divulgado por toda a Alemanha, espalhado pelos peregrinos que acorriam às celebrações do dia. A discussão que se seguiu incidiu especialmente sobre duas questões: a desvalorização da prática de boas ações para a salvação pessoal e o recurso exclusivo à autoridade das Sagradas Escrituras.

Em 1520, Leão X condenou as 95 teses e deu um prazo ao seu autor para que se **retratasse**, ameaçando-o de excomunhão (**Doc. 17 C**). Lutero queimou a bula papal e este acto de rebelião marcou o início da Reforma (1520). Convocado pelo imperador Carlos V (1500-1558), que defendia a unidade religiosa nos seus Estados, recusou retratar-se, sendo condenado como herético e banido do Império.

Retratar-se - Arrepende-se; desmentir-se.

Doc. 18 →
Um mundo em
convulsão

Parece ter-se abatido sobre os homens uma loucura universal.
Michel de Montaigne (1533-1592), *Ensaaios*

Atividade:

1. Procura informação em livros ou na Web sobre as rebeliões, as revoltas e as guerras religiosas dos séculos XVI-XVII na Europa. Inscreve numa tabela cronológica a data em que ocorreram.

Graça - Dom que, pelo batismo, Deus faz de si mesmo ao ser humano, que fica a participar da natureza divina.

Secularização - Designa o processo de passagem do religioso ao profano, quer sejam pessoas ou coisas, funções ou instituições.

Retirado sob proteção de um príncipe do Império, traduziu a Bíblia para alemão e publicou vários escritos doutrinários. Em 1530, o essencial dessa doutrina, codificado na *Confissão de Augsburgo*, foi apresentado numa assembleia reunida por Carlos V, naquela cidade. No ano anterior, tinha-se começado a chamar-lhes **Protestantes** quando seis príncipes e catorze cidades redigiram uma violenta defesa da sua fé e de Lutero.

Segundo o luteranismo, só a **graça** preenche o fosso aberto pelo pecado entre Deus e os homens, e só a fé pode permitir ao homem, irremediavelmente pecador, obter a salvação em Jesus Cristo. Neste pressuposto, as obras, ou seja, o conjunto de ritos e de práticas religiosas, não têm valor em si mesmas.

Lutero manteve três sacramentos referidos nas Escrituras, batismo, penitência e comunhão, reconhecendo nesta a presença substancial de Cristo mas não a transformação do vinho e do pão no corpo e no sangue de Cristo; proclamou a autoridade única da Bíblia e a sua livre interpretação; negou a autoridade do papa e colocou a sua Igreja sob o poder do poder político; limitou o culto à pregação, à oração e ao canto de salmos; eliminou o celibato sacerdotal, os votos monásticos, e a veneração da Virgem e dos santos.

Estes preceitos levaram à necessidade de se traduzirem para as línguas nacionais os textos sagrados para que os fiéis os lessem; também obrigaram à **secularização** dos bens que tinham pertencido à Igreja católica.

A doutrina luterana espalhou-se rapidamente pela Alemanha. Esta constituía o Império Romano-Germânico (964-1806), que agrupava senhorios laicos ou eclesiásticos e cidades que gozavam de ampla independência. No início do século XVI, era presidido por Carlos V, da família arquiducal austríaca, os Habsburgo. Depressa a Reforma passou a assumir características políticas e sociais. Foram primeiro os camponeses que se revoltaram, depois, nobres e alguns chefes eclesiásticos que se apoderaram dos antigos bens da Igreja. Lutero apoiou, no início, os príncipes que combateram a anarquia camponesa e a esmagaram. Em 1555, com a doutrina protestante difundida pela Europa e com revoltas por todo o lado (**Doc. 18**), acordou-se que o império ficaria dividido pelas duas confissões religiosas e que os governantes podiam escolher uma delas e impô-la dentro dos seus estados.

A. Chamamos predestinação ao desígnio eterno de Deus, com que ele na sua Majestade determinou o que quer fazer de cada um dos homens; porque Ele não os criou a todos com a mesma condição e estado, a uns dá a vida eterna, a outros a condenação perpétua.

J. Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, 1536

B. Acreditamos que tudo o que os homens inventaram sobre a intercessão dos santos é um abuso e uma astúcia de Satanás [...] Consideramos o purgatório como um erro de onde derivam os votos dos frades, as peregrinações, a confissão perante o sacerdote, as indulgências e outras coisas parecidas, através das quais se pensa merecer a graça e a salvação.

J. Calvino, *A Confissão de La Rochelle*, 1571.

← Doc. 19

O Calvinismo

Atividade:

1. Explica a coerência entre os dois textos de Calvino que te são apresentados.

A paz foi efêmera e em breve se desencadeou uma sangrenta guerra religiosa (1618-1648) com centro na Alemanha. Enquanto se digladiavam católicos e cristãos evangélicos tinham-se firmado outras reformas religiosas autónomas. Destas, só estudaremos o calvinismo e o anglicanismo.

João Calvino (1504-1564) nasceu em França, estudou teologia e direito, e aderiu à Reforma renegando o catolicismo. Inicialmente, o rei de França mostrou grande abertura e tolerância mas, perante o risco de comprometer a unidade e a tranquilidade do reino, endureceu as suas posições, o que levou Calvino a exilar-se na Suíça. Aí publicou a obra *Instituição da Doutrina Cristã*, verdadeiro catecismo do calvinismo. A partir de 1541, instaurou em Genebra um governo de poder religioso tão austero como absoluto. Dali partiram grupos de **pastores** que enquadraram, de um extremo ao outro da Europa, comunidades protestantes que se dividiam por várias confissões.

Calvino conservou os sacramentos do batismo e da eucaristia, esta considerada apenas uma comemoração da Última Ceia, com a presença espiritual de Cristo. Na Igreja, aboliu a hierarquia, e reconheceu a todos os cristãos a mesma dignidade. Nos templos, baniu as imagens, inclusive o crucifixo, colocando-se apenas a Bíblia sobre um suporte.

O calvinismo desenvolveu a noção fatalista da predestinação: o homem, ser miserável que é, só pode salvar-se se merecer a graça de Deus, que é unicamente assegurada pela fé. Mas a fé é, também ela, um dom de Deus, que a concede ou nega livremente. Aqueles a quem a nega, por mais boas ações que pratiquem, não se salvam; os outros são os bem-aventurados que Deus predestina desde toda a eternidade para a salvação (**Docs. 19**). Outra diferença diz respeito à autoridade do Estado, que Calvino só admitiu respeitar se inspirada nos princípios do Evangelho. Quanto à organização do culto, previu um pastor e um Conselho de Anciãos com controlo sobre a vida religiosa e moral da comunidade.

O calvinismo, muito severo perante o luxo e a ostentação, não se mostrou hostil aos homens de negócios e elogiou as suas atividades como fazendo parte da ordem divina. Na Escócia, o calvinismo tornou-se religião do Estado e tomou o nome de Igreja Presbiteriana.

Pastor - Ministro do culto, eleito pelos fiéis. com a obrigação de dizer as orações e de pregar.

Doc. 20 →
O Anglicanismo

Art.º 6º - As Sagradas Escrituras contêm tudo o que é necessário para a salvação. Por isso tudo o que não se lê aí, ou que não se pode provar por elas, não deve ser exigido a nenhum homem como artigo de fé, nem reputado como requisito necessário à salvação [...].

Artº 24º- É preciso falar na Igreja uma língua compreensível pelo povo. É uma coisa evidentemente contrária à palavra de Deus e aos costumes da Igreja primitiva fazer orações públicas na igreja ou administrar sacramentos numa língua incompreensível para o povo.

Artº. 25º - Os sacramentos instituídos por Cristo não são apenas símbolos e sinais da confissão dos cristãos, são antes testemunhos seguros e certos e sinais eficazes da graça e da boa vontade de Deus para conosco, pelos quais ele opera visivelmente em nós, e não só vivifica, mas ainda fortifica e confirma a fé em Si.

Isabel I de Inglaterra, *Ato de Supremacia*, 1559.

Atividade:

1. Justifica a afirmação: a Igreja Anglicana constitui um compromisso entre o catolicismo e o protestantismo. Faz uma lista com os princípios de cada uma, recorrendo aos documentos. 17, 19 e 20

A Igreja anglicana estabeleceu-se lentamente e o seu alcance ficou limitado à Inglaterra e aos seus domínios. O processo de constituição acentuou-lhe o carácter de Igreja nacional.

Nasceu de uma divergência pessoal entre o rei, Henrique VIII (1509-1547), e o papa que recusou anular-lhe o casamento para poder voltar a casar-se com uma dama da corte. Por razões várias, a estabilidade só foi conseguida com Isabel I (1558-1603) a terceira filha do monarca (**Doc. 20**). Foi ela que decretou a autoridade do soberano, que detém o poder sobre todos os assuntos eclesiásticos (*Ato de Supremacia*, 1559), e que tornou obrigatório um livro de oração comum e o credo do anglicanismo (*Ato de Uniformidade*, 1564). Antes disso, e a partir do cisma de Henrique VIII, a religião oscilou entre o luteranismo, o calvinismo e o catolicismo.

Os 39 Artigos do Credo Anglicano, que foram aprovados pelo parlamento, rejeitaram a missa, o culto dos santos, as indulgências, o purgatório e os sacramentos, à excepção do batismo e eucaristia e, recusaram a ideia calvinista de predestinação. Do catolicismo conservaram a hierarquia episcopal e uma grande parte da liturgia e, do luteranismo, o princípio de Igreja de Estado.

Esta organização não agradou a muitos protestantes, nomeadamente aos Puritanos (calvinistas). Um grupo numeroso abandonou a Inglaterra e fundou a primeira colónia inglesa na América do Norte.

A hostilidade e a intolerância atravessaram as diferentes igrejas cristãs e levaram-nas, todas elas, a usarem a censura e a perseguição. Em nome das crenças abriram-se conflitos violentos.

A. Cânone 1- Se alguém diz que o homem pode ser justificado diante de Deus pelas suas obras, quando realizadas apenas com as suas próprias forças, ou só em virtude dos ensinamentos da Lei, sem a graça divina por mérito de Jesus Cristo, que seja excomungado.

Cânone 4- Se alguém diz que o **livre-arbítrio** do homem amadurecido e inspirado por Deus em nada coopera ao dar o seu assentimento a Deus que o motivou [...] ou que o homem não pode recusar o seu consentimento, mesmo que o queira, e que, à maneira de um ser inanimado, desempenha apenas um papel passivo, que seja excomungado

B. A Igreja introduziu cerimónias como a das bênçãos, as velas e os ornamentos para, com estes sinais visíveis de piedade e de religião, despertar o espírito dos fiéis para a contemplação das coisas sublimes que estão ocultas no sacrifício da missa. Fazei boas obras porque Deus não é injusto e não esquecerá as vossas ações e a caridade de que haveis dado provas em seu nome.

Decretos do Concílio de Trento, 1545-1563

← **Doc. 21**

O concílio de Trento: decretos dogmáticos e decretos disciplinares

Atividade:

1. Explicita os princípios da doutrina protestante a que estes decretos pretendem dar resposta.

1.6. A Contra-Reforma ou Reforma Católica

A necessidade de reformar a Igreja Católica e até a própria religião era reclamada por muitos leigos e eclesiásticos, antes mesmo da Reforma Protestante, e o avanço do protestantismo levou a Igreja Romana a reorganizar-se.

A esta ação empreendida pela Igreja, na segunda metade do século XVI, para defender e restaurar a fé católica, chama-se Contra-Reforma. Ao consolidar a doutrina tradicional, reformando a organização eclesiástica e operando uma purificação interior, a Igreja católica suscitou novo fervor religioso, conseguiu reconquistar a influência em alguns Estados e impedir o avanço das ideias protestantes.

A principal manifestação da Contra-Reforma foi a reunião de um concílio, em Trento, uma cidade do norte de Itália. Foi interrompido algumas vezes e, por isso, no total o concílio esteve reunido de 1545 a 1563. Definiu a norma católica sobre o pecado original, a doutrina da salvação, os sete sacramentos, a transubstanciação, o culto dos santos e da Virgem Maria e reafirmou que a doutrina cristã está contida na Bíblia e na tradição da Igreja. Nas questões disciplinares confirmou a supremacia do papa, manteve o celibato dos padres e a hierarquia eclesiástica, condenou o espírito mundano do alto clero a quem proibiu a acumulação de benefícios e obrigou a residir nas dioceses respectivas (**Doc. 21**).

Os decretos do concílio de Trento foram proclamados leis de Estado em alguns países, comprometendo-se os respectivos soberanos na defesa da doutrina católica. Quanto ao papa viu a sua autoridade reforçada com o título de Pastor Universal da Igreja. A formação do clero e dos leigos tornou-se urgente; para isso, criaram-se seminários e publicaram-se obras essenciais.

Livre-arbítrio - Faculdade de escolher livremente os seus atos sem imposições, ficando com a responsabilidade respectiva.

Doc. 22 → Os livros em língua vulgar que tratam de controvérsias entre católicos e hereges do nosso tempo, não sejam permitidos. [...]
Index (1564)

Os livros que tratam, narram ou ensinam expressamente coisas lascivas e obscenas, uma vez que não só corrompem a fé mas também os costumes, sejam absolutamente proibidos. [...] Os antigos, porém, escritos pelos pagãos, em vista da elegância e propriedade de linguagem, sejam permitidos. Mas de modo nenhum sejam lidos pelas crianças.

Os livros cujo assunto principal é bom, mas nos quais estão inseridas algumas coisas que se referem à heresia ou impiedade, à adivinhação ou à superstição, podem ler-se, depois de expurgados pelos teólogos católicos.

Se alguém ler ou possuir livros heréticos ou os escritos de qualquer autor que tenha sido condenado e proibido por heresia ou por suspeita de falsa doutrina, incorra imediatamente em excomunhão.

Atividade:

1. Identifica no documento as matérias que a Igreja Romana considera ter autoridade para fiscalizar.
2. Indica razões que a Igreja considera justificarem a sua intervenção nesses domínios.

Uma das obras mais importantes para a clarificação da doutrina da Igreja foi o catecismo romano (papa Pio V, 1566). Chamou-se *Catecismo para os Párocos* e, a partir dele, por exemplo, um bispo português que participou no concílio, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, publicou, ainda no século XV, um catecismo em português. O catecismo, além desta utilização nas paróquias, foi fundamental, assim como os estudos que o prepararam, para a reforma interna das ordens religiosas já existentes e em crise.

Outro projecto concretizado foi a reforma da cúria romana, que é o conjunto de organismos e pessoas que asseguram o governo central da Igreja. Integrou o Tribunal do Santo Ofício, ou Inquisição, encarregue de reprimir heresias, e a Congregação do Índice, com a incumbência da elaboração da lista de livros de leitura proibida aos fiéis (**Doc. 22**). O estabelecimento de regras acerca das leituras dos fiéis procurava velar pela boa instrução da doutrina católica e ligava-se ao ensino que devia ser ministrado nos colégios e nos seminários. O Índice só foi abolido na segunda metade do século XX.

As perseguições e a censura ideológica exercida por estas duas repartições eclesiásticas instauraram um clima de medo e de suspeição em sociedades como as dos países ibéricos. Usadas como instrumentos de reforço da unidade nacional pelos reis absolutos desses países, a sua ação foi funesta para a cultura e a mentalidade dos seus povos. Durante mais de dois séculos, a Inquisição condenou largos milhares de transgressores da doutrina e da fé, e, um número significativo, à pena suprema de morte pelo fogo.

Que os membros consagrarão as suas vidas ao constante serviço de Cristo e do Papa. Lutarão sob a bandeira da Cruz e servirão ao Senhor e ao Pontífice romano como vigário de Deus na Terra, de tal forma que executarão imediatamente e sem vacilação ou desculpa tudo o que o pontífice reinante ou os seus sucessores lhes ordenarem para proveito das almas ou para a propagação da fé. Assim agirão em toda a província para onde forem enviados, entre turcos ou quaisquer outros infiéis, na Índia distante, assim como em região de hereges, cismáticos ou indivíduos de qualquer tipo. Santo Inácio de Loyola, 1534.

← **Doc. 23**

Votos da Companhia de Jesus

Atividade:

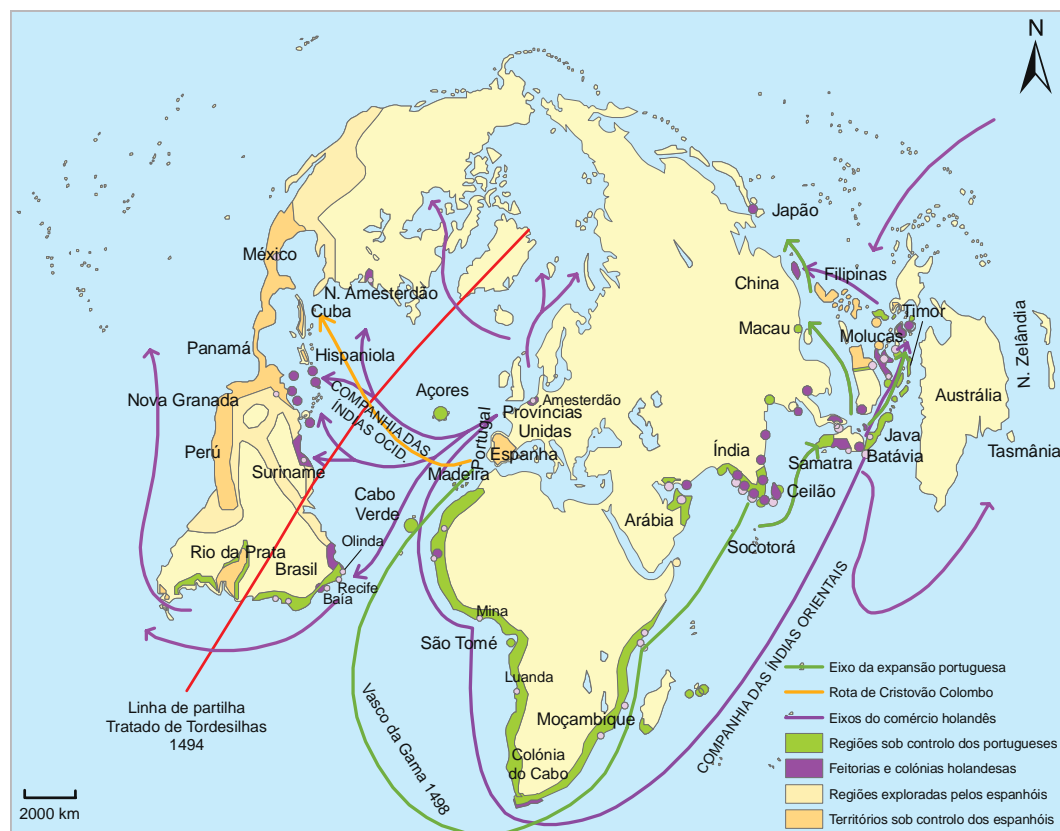
1. Indica os objectivos da Companhia de Jesus e os compromissos que os seus membros assumiam para os alcançarem.
2. Refere as intenções que presidiram à organização do Tribunal do Santo Ofício e os efeitos que a sua ação teve nos países onde funcionou.

Um instrumento positivo que contribuiu para o sucesso da Contra-Reforma foi a fundação ou reorganização de ordens religiosas destinadas à pregação e ao ensino. Estas fizeram um esforço muito grande para se reformarem e assumirem-se como uma força impulsora do cristianismo como vocação universal. O catecismo e a pregação foram os instrumentos para um movimento missionário, quer no interior da Igreja quer como meio de conquista de cristãos nos novos espaços extra-europeus. Os frades, franciscanos e dominicanos, acompanharam sempre as armadas portuguesas e espanholas para apoio espiritual dos navegadores, sendo o seu sustento assegurado pela coroa. Depois do concílio de Trento, a sua ação tornou-se muito mais empenhada junto de populações de todo o mundo.

A mais notável das novas congregações religiosas, a Companhia de Jesus, ou ordem dos jesuítas, tinha uma organização moldada no modelo militar concebido pelo nobre espanhol seu fundador, Inácio de Loyola (1491-1556). Contrapunha ao antipapismo e à liberdade doutrinal dos protestantes, uma rígida disciplina, obediência cega ao papa e sólida formação intelectual e religiosa. Os jesuítas exerceram a sua ação nos domínios da pregação, da evangelização e do ensino (**Doc. 23**).

A visão por vezes diferente da maneira de alcançar a cristianização dos povos, combinada com forte ardor missionário, levaram a rivalidades entre as próprias ordens religiosas. Contudo, o seu testemunho de vida e as causas por que pugnaram a favor das populações tornaram-nas as instituições europeias mais respeitadas nos quatro cantos do mundo.

Quando começou a expansão europeia, o papa reconheceu aos países ibéricos o direito de «padroado» ultramarino, que consistia no privilégio dos seus soberanos apresentarem o clero para o serviço da Igreja nos seus territórios. A partir do século XVII (1622), a própria Santa Sé criou uma organização para superintender na obra missionária, o que gerou polémica com os estados nacionais, porque limitava os poderes que os reis de Portugal e Espanha até aí tinham exercido nos territórios não europeus.



2. Pioneirismo ibérico e concorrência do Norte europeu: rotas e áreas de fixação

Renascimento, Reforma e Expansão foram fenômenos distintos, de enorme alcance, que se interligaram na Europa dos séculos XV e XVI.

No séc. XIII, tinham-se reanimado as rotas terrestres entre o Oriente e o Ocidente, mas acontecimentos políticos e militares, ocorridos no século XIV, voltaram a dificultar a utilização das rotas da Ásia Menor e a navegação no Mediterrâneo oriental. A vontade de ir diretamente, ao Extremo-Oriente, sem intermediários muçulmanos, em busca de metais preciosos e de produtos de luxo tornou-se um desejo cada vez mais forte. Juntaram-se a estes, motivos de ordem religiosa e política.

As condições da Europa tornavam possível o projeto de encontrar rotas novas que satisfizessem a ambição de chegar ao Extremo-Oriente (**Doc. 24**). Havia grupos mercantis e financeiros com experiência nas áreas de negócio e gente letrada, ou formada na vida prática, com sólidos conhecimentos sobre marinharia e sobre náutica. Com a utilização recente de armas de fogo, ganhara grande capacidade militar.



← Doc. 25

Astrolábio utilizado na
Península Ibérica

Atividade:

1. Indica a importância do objecto reproduzido no documento 25, para o sucesso das viagens marítimas dos séculos XV e XVI.

2.1. Pioneirismo ibérico: Portugal e a partilha do Mundo

No quadro geral, os países da Península Ibérica, Portugal e a Espanha, tinham condições para se anteciparem a outros países europeus. Ambos os Estados se tinham constituído no âmbito da Reconquista cristã, e o espírito de cruzada continuava vivo. Mas, ao mesmo tempo, já tinham dado os primeiros passos para fora da Europa, quer com a exploração de ilhas próximas, as Canárias, quer com algumas viagens na costa africana. Dos contactos seculares com os muçulmanos do norte de África, a quem chamavam «mouros», os países ibéricos conheciam a riqueza que aqueles acumulavam por estarem num terminal das rotas do ouro e dos escravos que percorriam o interior africano. Viviam numa época de transformação de um pensamento social articulado em torno de noções de honra da cavalaria, e de um outro mundo que valorizava a iniciativa privada e a participação em acções lucrativas.

No entanto, Portugal adiantou-se à Espanha que ainda não era um Estado unificado. Portugal já tinha fronteiras definitivas, e era um Estado centralizado em torno da autoridade do rei. A Coroa portuguesa assumiu, primeiro, os encargos financeiros e o suporte militar das conquistas marroquinas. Depois apoiou os mercadores que, com novos recursos, começaram a organizar a exploração atlântica. Quando esta começou a tornar-se lucrativa, fez da sua experiência um projeto de expansão cada vez mais ambicioso.

Os países ibéricos tinham uma tradição marítima importante. Tornou-se mais rica depois de, no século XIII, as suas costas terem passado a ser um ponto de apoio na rota de ligação do Mediterrâneo ao Norte da Europa.

Coroa - Nome dado à
Nação em regime monár-
quico

Doc. 26 →
Painel do Infante
Nuno Gonçalves (cerca
de 1450)



Atividade:

1. As três figuras masculinas da direita são geralmente identificadas como o infante D. Henrique, o rei D. Afonso V e o futuro D. João II. Faz uma pesquisa e elabora um texto sobre o papel que desempenharam na expansão ultramarina do século XV.

Tinham conhecimentos que resultavam do contacto com muçulmanos, com judeus, com os círculos da cruzada e, agora, com os homens de cultura renascentistas.

Além de utilizarem os instrumentos de orientação e navegação astronómica (bússola, astrolábio, balestilha) (**Doc. 25**) que permitiam calcular as latitudes, aperfeiçoaram a cartografia existente e uma embarcação ligeira e veloz, a caravela.

Em Portugal, a empresa resultou do cruzamento de personalidades e de políticas complementares na corte de Aviz (a dinastia reinante) no século XV (**Doc. 26**). Foi o infante D. Henrique (1394-1460) que, pela sua posição, pôde reunir os conhecimentos científicos e técnicos, e apoiar essas políticas com os meios que lhe vinham da Ordem de Cristo, de que era administrador. Homem impregnado de espírito de cruzada, partilhava com os irmãos e com as pessoas do seu serviço uma grande curiosidade intelectual, aliada ao sentido de negócio.

A continuação do projecto deveu-se aos cosmógrafos de D. João II, rei entre 1481-1495 (**Doc. 26**), que operacionalizaram os conhecimentos disponíveis. Um progresso final, na viragem do século XV para o XVI, deu-se com a incorporação da ciência oriental.

A empresa tinha ainda motivações religiosas profundas, que desde logo mereceu a bênção da Igreja Romana. Esta atribuiu a Portugal a responsabilidade da administração religiosa da cristandade em África e na Ásia (o Padroado).



← **Doc. 27**
Planisfério de Cantino
- 1502

Atividade:

1. Explica a importância dos progressos da cartografia para as navegações transoceânica (Doc. 27).

A expansão europeia, globalmente considerada, iniciou-se em 1415 com um acontecimento ainda associado à cruzada contra os mouros do Norte de África, a conquista da cidade de Ceuta, no actual Marrocos. Nos anos seguintes, a conquista de praças africanas prosseguiu em paralelo com o reconhecimento do litoral africano.

Os objectivos de Portugal, quer nas conquistas quer nas viagens de exploração marítima, tinham as mesmas duas vertentes: o proselitismo religioso e o comércio. O proselitismo que, conforme as situações concretas, tomou a forma de luta contra o crente islâmico, de disputa religiosa com os protestantes, de catequese e de conversão das populações. O comércio que articulou a oferta específica de cada região ultramarina com a procura europeia.

O quadro em que se iniciou a aventura marítima portuguesa foi o do reconhecimento e povoamento dos arquipélagos situados no Atlântico, a oeste da Península Ibérica: a Madeira (c. 1425) e os Açores (1432-1437) (**Doc. 24**).

Também, em continuidade, se realizaram viagens na costa ocidental de África que levaram, por etapas, os navegadores até à passagem do cabo Bojador, ao arquipélago de Cabo Verde, à Serra Leoa e à foz do Rio Congo. A última etapa (1482-1498), foi a das viagens decisivas da passagem do oceano Atlântico para o oceano Índico e da chegada à Índia (**Doc. 24**).

A lentidão do processo, cerca de 75 anos, deveu-se à dificuldade em ultrapassar o desconhecimento de ventos e correntes no alto mar e, a sua conclusão, foi a demonstração do domínio da navegação astronómica e à vela pelos portugueses. Quanto aos recursos financeiros, vinham do ouro captado na Costa do Ouro, no golfo da Guiné, que assegurou o financiamento da empresa de expansão nesta fase mais dispendiosa.

Cristóvão Colombo,
retrato por Ghirlandaio



Doc. 28 → A utopia de Colombo
Entre o fim do Oriente e o fim do Ocidente
não existe mais do que um pequeno mar.
C. Colombo (c. de 1485)

Atividade:

1. Justifica o título dado ao pequeno texto da autoria de Cristóvão Colombo (Doc. 28).
2. Procura mais informações sobre a origem do navegador e sobre as diligências que desenvolveu para realizar as suas viagens.

Feitoria - Estabelecimento de carácter comercial fundado para base da colonização e apoio à navegação.

Era na **feitoria** - fortaleza da Mina, que se concentravam os produtos e o metal precioso que vinham de África (**Doc. 24**).

Entretanto, em 1492, a Espanha conquistou Granada, o último reino mouro da Península. No mesmo ano, Cristóvão Colombo, ao serviço dos Reis Católicos de Espanha, Fernando e Isabel, chegou às Antilhas, na América Central. Ao estudar os livros e os mapas da época concluiu que se podia chegar ao Extremo Oriente viajando para Ocidente (**Doc. 27**). No entanto, a sua viagem levou-o ao continente americano. Foi um outro navegador, Américo Vespúcio, que defendeu com sucesso a ideia de se tratar de um «Novo Mundo», que ficou com o seu nome - América (1500).

Em 1498, Vasco da Gama, completou o reconhecimento do caminho marítimo para a Índia. Dois anos mais tarde, por um acaso esperado, uma armada destinada ao Oriente, sob comando de Pedro Álvares Cabral, aportou ao Brasil (1500). Depois desta, a última das grandes viagens europeias, no período do Renascimento, concretizou a primeira volta ao mundo (1519-1522): foi a viagem de circum-navegação comandada inicialmente pelo português Fernão de Magalhães ao serviço do rei de Espanha, Carlos I, o imperador Carlos V, e terminada por Sebastião d'Elcano (**Doc. 29**).

Em conclusão, de meados do século XV a meados do XVI, os reinos de Portugal e de Espanha foram os únicos, entre os países cristãos, com presença efectiva nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.



◀ **Doc. 29**
A circum-navegação do mundo - 1519-1522

Atividade:

Indica os efeitos políticos da aplicação da doutrina do «mar fechado».

2.2. A concorrência do Norte europeu

Nos finais do século XV, contudo, outros europeus começaram a empreender nas grandes viagens à escala mundial. A hegemonia ibérica sobre o comércio marítimo foi disputada e combatida, na segunda metade do século XVI e, sobretudo, no século XVII pela Holanda, pela França e pela Inglaterra.

Conseguir desalojar as potências ibéricas encontrava um obstáculo. Além dos aspectos militares e diplomáticos da questão, era preciso mudar o direito que Portugal e a Espanha consideravam ter, por haverem obtido do papa, então considerado como autoridade suprema, uma **bula** autorizando-os a dividirem o mundo em dois, no sentido longitudinal. Pertencer-lhes-iam, dentro da área que lhes era atribuída «todas as terras descobertas ou a descobrir». Na prática estabelecia um monopólio a favor dos reinos ibéricos. Das negociações entre os dois resultou a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494) que definiu a linha de demarcação (**Doc. 29**).

No espaço atribuído a Portugal, para oeste, passou a figurar o Brasil; a leste, a linha de demarcação foi contestada por cair nas terras das especiarias mais rendosas, as Molucas. Foi desta divergência que nasceu a viagem de Magalhães. Um novo tratado (1529) veio atribuir a Portugal as Molucas. No entanto, acabaram por ser negociadas com a Espanha, que nelas estabeleceu importantíssimo pólo comercial (**Doc. 29**).

Os tratados de divisão do mundo entre os países ibéricos pressupunham que os oceanos ficavam sob sua autoridade e que só as suas esquadras de guerra e as suas frotas mercantis neles podiam circular livremente. A esta teoria do «mar fechado» contrapuseram os

Bula - Documento pontifício

Doc. 30 →
Amsterdão, séc. XVI



Atividade:

1. Observa a imagem e indica a importância da atividade nela documentada.

juristas holandeses a «teoria do mar livre», mar aberto a todas as nações. Era lógico que os soberanos protestantes não se considerassem vinculados por decisões papais. O novo direito internacional justificou as ambições das potências do Norte.

A primeira viagem de exploração enviada por estes novos concorrentes foi realizada a partir de Inglaterra (1497), uma tentativa fracassada para chegar à Ásia pelo noroeste.

Viagens, da Europa para o continente norte-americano, foram também tentadas por navegadores ao serviço dos reis de França. Além de novas rotas e da evangelização das novas terras, procuravam metais preciosos. Se não atingiram a Ásia, alcançaram e exploraram parte da costa do actual Canadá. No Brasil, na década de 1530, tentaram instalar-se mas com uma duração muito limitada.

Quanto à Holanda, fazia parte das Províncias Unidas e a sua capital era Amsterdão (**Doc. 30**). Esta região tinha pertencido ao Império dos Habsburgos de Áustria, ligados à família real da Espanha unificada. No entanto, os seus habitantes tinham-se convertido ao protestantismo e separado da Espanha católica. Foi já como estado independente que a Holanda se lançou na guerra contra o império espanhol e contra os territórios dominados por Portugal. Este, que tinha perdido a sua independência, de 1580 a 1640, fazia parte desse império.

A Holanda tornou-se a primeira república moderna governada por uma burguesia calvinista muito empreendedora; tinha a maior frota comercial na viragem do século XVI para o XVII. Terão sido navegadores holandeses, com participação inglesa, os primeiros europeus a chegarem à Austrália (1606), à Tasmânia e à Nova Zelândia (1642), mas somente no século XVIII se procedeu à sua exploração (**Doc. 24**).

Não pode viver Malaca sem Cambaia nem Cambaia sem Malaca. [...]
Em Bengala vale mais o ouro a sexta parte que em Malaca. E a prata é mais barata que em Malaca a quinta parte.
Tomé Pires, *A Suma Oriental* (1513-1516)

◀ **Doc. 31**
O comércio Oriental no século XVI

Atividade:

1. indica a relação existente entre a ideia do primeiro parágrafo do documento 31 com a expressão comércio «da Índia na Índia».
2. Esclarece as consequências das afirmações contidas na segunda parte do documento 31.

Foi então, no século XVII, que franceses, ingleses e holandeses se lançaram à conquista de territórios coloniais que as nações ibéricas consideravam pertencer-lhes. A luta travou-se no terreno europeu, nos territórios ultramarinos e no alto mar. Este de há muito que não era seguro, com os ataques de piratas e corsários às naus carregadas de produtos exóticos ou de metais preciosos.

2.3. Rotas e áreas de fixação.

Ao fechar o século XVI, as vias marítimas traçadas pelos europeus estavam portanto abertas: a de sudoeste, para a América; a de sudeste, para o oceano Índico e para a Ásia. Na África, os portugueses tinham canalizado a seu favor a corrente do ouro e dos escravos do golfo da Guiné.

Descoberto ou reconhecido o planeta, os europeus exploraram os três grandes oceanos e apoderaram-se da América (**Doc. 29**). Deste modo alargaram o comércio e estabeleceram uma rede de interdependência dos mercados à escala mundial. Mas nem todas as regiões tinham igual valor ou atingiram o mesmo nível.

Nesta primeira tentativa de economia global, o Mediterrâneo permaneceu muito activo e as grandes zonas da expansão comercial europeia foram os oceanos Índico e o Atlântico. O Pacífico foi mais irregular, em virtude evolução política das potências locais, e o dinamismo dos tráficos inter-regionais de há muito estabelecidos na sua margem asiática. As populações da sua margem americana ficaram relativamente esquecidas mas, apesar disso, o Pacífico era percorrido regularmente pelo «galeão de Manila». Este ligava os dois pontos mais distantes do império espanhol: das Filipinas trazia, directamente para Acapulco, no México, a seda e a porcelana chinesas trocadas pela prata do Perú, na época região sob domínio espanhol. No entanto, o Pacífico e o Índico mantinham o enorme dinamismo dos circuitos comerciais regionais “da Índia na Índia”, em que os europeus, primeiro os portugueses, depois os holandeses, foram simples intermediários (**Doc. 31**).

A integração mundial será obra posterior.

Doc. 33 →
A perspectiva do poder, de Afonso de Albuquerque, 1509-1515

Se a Nosso Senhor aprover que o negócio da Índia se disponha em tal maneira que o bem e riquezas que nela há vos vão cada ano em vossas frotas, não creio que na cristandade haverá Rei tão rico como Vossa Alteza; e portanto digo, Senhor, que agunteis o feito da Índia mui grossamente com gente e armas, e que vos façais forte nela e segurais vossos tratos e vossas feitorias, e que arranqueis as riquezas da Índia e trato das mãos dos mouros, e tirar-vos-eis de grandes despesas, e segurareis vosso estado na Índia, e havereis todo o bem e riquezas que nela há, e seja com tempo.
Carta I a D. Manuel

Doc. 32 →
A perspectiva do poder, de D. Francisco de Almeida, 1505-1509

Quanto mais fortalezas tiverdes, mais falho será vosso poder; toda a nossa força seja no mar, porque se nele não formos poderosos, tudo logo será contra nós. Enquanto no mar fordes poderosos, tereis a Índia por vossa, e se isso não tiverdes no mar pouco vos prestará fortalezas na terra.
Carta ao rei D. Manuel

Atividade:

1. Compara as políticas propostas ao rei de Portugal pelos dois vice-reis da Índia (Docs. 32 e 33).
2. Indica a forma de organização adoptada pela coroa portuguesa na costa ocidental de África (Docs 24 e 29).

Os portugueses chegaram à Índia, designação geral que se aplicava a uma área muito mais extensa do que a do sub-continente asiático, a buscar "cristãos e especiarias". Vinham dar corpo a uma política nacional centrada sobre a conquista, navegação e comércio marítimos. Estes primeiros europeus que chegaram, apresentaram-se aos poderes locais constituídos como uma potência naval agindo em nome de um Estado, mas em função dos interesses de negociantes que estavam envolvidos na empresa.

No plano da organização e administração do Estado, o império colonial português, apoiou-se numa rede de feitorias e fortalezas com valor económico e estratégico reconhecido. Tinha-o feito na costa ocidental de África e adoptou-o também na Índia, procurando dominar portos que fossem centros do comércio marítimo e que tivessem o controlo sobre as rotas mais desenvolvidas (**Docs. 32 e doc. 33**). Não se tratou de uma ocupação territorial contínua mas de garantir a dominação, através de acordos com os governos locais e de um sistema de autorizações- política de «cartazes» - indispensáveis à atividade mercantil de todos os que não pertencessem ao monopólio real português.

Durante um século, articularam o espaço económico Índico-Pacífico e nas rotas mais importantes do Oriente afastaram os rivais egípcios e árabes.

Mandamos ao nosso dito feitor que se no primeiro dia da vinda das ditas naus se puderam logo descarregar em terra e pôr na Casa da Índia todas as caixas, ceirões, vasilhas e quaisquer outras coisas que nela vierem, assim se faça, e se ponha grande diligência para assim se fazer; e quando não puder ser todo, será ao menos todo o mais que puder ser, e nos outros dias logo seguintes se tirará todo o mais que ficar.

Regimento das Casas da Índia e Mina

◀ **Doc. 34**
A Casa da Índia,
(c.de1509)

Atividade:

1. Indica o que pretendia a coroa portuguesa evitar com a legislação acerca do comércio ultramarino (Doc. 34).
2. Refere situações de reação contra uma política genérica de monopólio adoptada pelas potências ibéricas (Doc. 35).

No reino, a coroa portuguesa reservou para si o monopólio das especiarias trazidas para Lisboa (**Doc. 34**). Atente-se, no entanto, que a política económica, tal como noutros campos, não foi sempre a mesma. Especialmente, a mudança de soberano, arrastou consigo uma mudança de orientação. A viragem é, por exemplo, significativa na passagem do reinado de D. Manuel, que tinha uma visão imperialista e monopolista, para o de seu filho, D. João III, que tinha uma visão mais aberta e pragmática. Este, nos negócios orientais, optou por uma política económica mais liberal e muito mais centrada nas especiarias. Na Europa, chamaram-lhe “rei da pimenta”. Outra mudança sensível processou-se durante o domínio filipino, uma vez que os reis Filipes de Espanha que governaram Portugal entre 1580 e 1640 adotaram a mesma política em áreas económicas antes separadas.

Mas, a furar o monopólio, foram sempre concedidos favores individuais que com o sistema das «liberdades da Índia» permitiram transportar legalmente mercadoria na frotas régias.

Cerca de 1620, a potência ibérica começou a perder o seu estatuto, e as posições que detinha, excepto Goa, Diu e Macau. Os ingleses e holandeses, a favor de quem as perderam, mantiveram a política de não ocuparem territórios, mas de apenas se fixarem em bases comerciais. A diferença essencial é que toda a estrutura, logística e autoridade não assentavam num Estado nacional, mas numa organização original colectiva de mercadores. Eram companhias privadas, por acções, que detinham o monopólio de determinados produtos numa determinada zona. No Índico e Pacífico, a Companhia das Índias Orientais (1601) ; no Atlântico, a Companhia das Índias Ocidentais (1621).

Doc. 35 →
Portugal e Espanha-
Especificidades
nacionais, 1508

Ou bem que o comércio se faça em monopólio régio- como o faz o rei de Portugal na Mina- ou bem que se faça como parece ser o pensamento dos reis de Espanha- que cada um tenha liberdade de ir e levar o que quiser.

Eu acho grande diferença do comércio do rei de Portugal e este de cá, pois que um consiste em enviar a terras de mouros e a um só lugar, com um preço certo, uma ou duas mercadorias apreciadas, e por aquelas respondem os feitores que ali tem, quer com dinheiro quer com produtos; e aqui acontece o contrário porque o que se há-de levar para as ilhas [as Antilhas] são as mais diversas coisas que as pessoas precisam, assim de vestir, como vestidos, e muitas coisas necessárias para a construção e para a lavoura, que não têm conta nem se podem enumerar.

Carta de Américo Vespúcio ao arcebispo de Toledo, J. Cisneros

Atividade:

1. Apresenta num pequeno texto razões explicativas para a preferência por Portugal e pela Espanha de formas diferentes de administração dos territórios ultramarinos (Doc. 34).
2. Procura informação em livros ou na Web sobre a personagem que assina a carta transcrita no documento 35.

Dividido o continente americano entre os dois Estados ibéricos, tão diferentes foram as formas de colonização que ensaiaram como diferentes eram as realidades donde partiam e com que se depararam (**Doc. 35**).

Ao chegar ao Brasil, Portugal, encontrou um quadro de fraca densidade populacional, recursos pobres para transacionar e populações num estágio civilizacional rudimentar. De início limitou-se ao aproveitamento da madeira mas, a partir da década de 1530, introduziu a cultura do açúcar. Foi, neste período, o produto chave da exploração do Brasil, e condicionou definitivamente o futuro da colónia. A mão-de-obra utilizada nas plantações foram escravos importados de África, que chegaram em massa a partir de 1570. Escravos, açúcar, e um outro produto associado, o tabaco, marcaram a paisagem económica e social do Brasil. O estabelecimento de pequenos entrepostos foi adaptado à economia de produção. Quando, cerca de 1630, os holandeses conquistaram alguns territórios, foram precisamente as regiões açucareiras e de mão-de-obra escrava. Expulsos do Brasil, reproduziram o mesmo tipo de economia e de organização social nas Antilhas (**Doc. 29**), reforçando assim as características da área de expansão atlântica.

Por seu lado, a Espanha encontrou as grandes civilizações dos Incas, dos Maias, dos Aztecas, com abundantes recursos em metais preciosos. À conquista (1508-1536) sucedeu o estabelecimento de um império concentrado territorialmente, com uma mesma organização administrativa e apoiado numa imponente rede urbana e numa política de povoamento.

Para a troca, a América espanhola tinha o mais apetecível dos produtos especialmente para o grande comércio asiático e europeu, a prata. Os galeões da «carreira das Índias», que saíam de Sevilha com produtos para os colonos, voltavam carregados de ouro e de prata para a Península Ibérica ou para Manila. As conquistas, a exploração de um trabalho de tipo novo e epidemias provocaram na população ameríndia uma queda demográfica sem precedentes.

Os espanhóis, esquecendo que eles eram homens, trataram essas inocentes criaturas com crueldade digna de lobos, de tigres, de leões famintos. Há quarenta e dois anos que não deixaram de os perseguir, de os oprimir, de os destruir com todos os meios criados pela cobiça humana e por outros que estes tiranos chegaram a imaginar
Bartolomeu de las Casas (1474-1566), *Historia das Índias*

◀ **Doc. 36**

Bartolomeu de las Casas e a questão dos índios da América.

Atividade:

1. Esclarece o motivo por que frei Bartolomeu de las Casas toma uma posição tão violenta contra os espanhóis, documento 36.
2. A luta do frade dominicano a favor dos índios da América é um combate pela causa dos direitos humanos. Procura informação, em livros e na Web, sobre o debate que provocou. Discute em aula as posições dos missionários e dos colonos.

Foi um desafio para o humanismo do Renascimento e desencadeou o primeiro debate sobre direitos humanos da história (**Doc. 36**). O dominicano Bartolomeu de las Casas tornou-se a consciência crítica dos europeus, defendendo os direitos dos índios americanos. No Brasil, coube esse papel, no século XVII, ao jesuíta padre António Vieira.

A solução encontrada para minorar este violentíssimo choque cultural, foi a de isolar os índios em aldeamentos para facilitar a obra evangelizadora e os defender melhor da prepotência dos colonos. Assim, principalmente depois de 1560, e com a direção dos jesuítas, cresceu e aperfeiçoou-se um sistema, as «reduções» índias que agrupou estes aldeamentos. Estas reduções, comunidades camponesas dirigidas por um missionário assessorado por autoridades locais, situavam-se em locais subtraídos ao território circundante. Tinham uma vida social própria.

Entretanto, outro problema muito grave de natureza humanitária se impôs, em particular no século XVII: o do comércio de escravos capturados em África, eram transportados em massa para as plantações de cana de açúcar do Brasil e de outras colónias da América, onde eram submetidos a pesadas condições de trabalho.

Em conclusão, a Europa conseguiu, recuperando técnicas, ciência e saberes de antigas civilizações, do Mediterrâneo ao Extremo-Oriente, elaborar uma cultura, um sistema político e administrativo, uma organização económica de base capitalista, um modelo de vida e de pensamento que estendeu à escala do mundo e com que dominou, por alguns séculos, a economia e a política mundiais.